Demonstrações Financeiras Intermediárias

Gazin Seguros S.A.

30 de junho de 2018 com relatório do Auditor Independente

Índice	
Relatório da administração	5
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias	6
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras intermediárias da Gazin Seguros S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, apuradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do o relatório dos auditores independentes.

A Gazin Seguros S.A. foi autorizada a operar com seguros de danos e pessoas, através da Portaria SUSEP No. 6.958 de 17/07/2017 e publicada no Diário Oficial da União no dia 21/07/2017.

A seguradora tem como principal foco estratégico os segmentos dos seguros de danos, vida e afinidades, disponibilizando produtos e serviços na linha de seguros massificados.

Desempenho:

A Seguradora não operou com seguros no período de 01/09/2017 a 31/12/2017, iniciando, efetivamente, suas operações em 02 de janeiro de 2018.

Neste primeiro semestre de operação a Gazin atingiu o montante de R\$ 48,5 milhões de Prêmios Emitidos. Essa performance reflete o resultado e o conjunto de ações implementadas pela administração.

Os ativos totais no montante de R\$ 90,8 milhões são 856% superiores a 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 9,5 milhões, refletindo o crescimento orgânico do início dos negócios.

No início de sua operação a companhia já registrou um lucro no semestre de R\$ 76 mil, contra um prejuízo de R\$ 122, no período pré-operacional.

Aspectos societários

O Capital Social Subscrito e Integralizado da Gazin Seguros ao final do primeiro semestre de 2018, apresenta um montante de R\$ 19,0 milhões contra R\$ 9,5 milhões em dezembro de 2017.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas totalizaram no semestre R\$ 66,2 milhões, sendo que desse montante o valor de R\$ 22,8 milhões refere-se as Provisões Técnicas do Convênio DPVAT.

Resultado financeiro

O Resultado financeiro do semestre representa 10,2% sobre o valor dos prêmios ganhos, refletindo o excelente resultado da política de investimentos da Seguradora, mesmo com a continua redução da taxa de juros básica da economia.

Perspectiva

Nossa estratégia de negócios está baseada na oferta de seguros desenvolvidos em função de um processo continuo de identificação de necessidades dos clientes. Os nichos em que atuamos são identificados com base em conceitos de segmentação e diferenciação. A nossa plataforma de operações, dinâmica e flexível, visa atender às diversas demandas dos segmentos definidos como alvo de atuação, seguindo políticas e procedimentos consistentes de avaliação, aceitação e precificação de riscos, e gerenciamento de riscos e sinistros, condições essenciais para atuar com sucesso em um mercado competitivo como o de seguros no Brasil.

Governança Corporativa

O estatuto social da Seguradora assegura aos acionistas, dividendos mínimos obrigatórios ou juros sobre o capital próprio, na forma da Lei 9.249 de 26/12/1995 no percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Agradecimentos

Agradecemos os nossos acionistas, clientes, segurados e corretores pelo apoio e pela confiança que nos distinguem, às autoridades da SUSEP e demais ligadas as nossas atividades, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e, especialmente aos nossos colaboradores pela dedicação durante este semestre.

Douradina, 31 de agosto de 2018.

A Administração



Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Diretores e Acionistas da **Gazin Seguros S.A** Douradina – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Gazin Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gazin Seguros S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.



Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Patricia di Paula da Silva Paz Contadora CRC-1SP1988

Balanço patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Nota	30/06/2018	31/12/2017	Passivo e Patrimônio líquido	Not a	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		48.387	9.526	Circulante		43.398	148
Disponível		6.301	388	Contas a pagar		1.380	148
Caixa e bancos	6		79	Obrigações a pagar	12.1	38	67
Equivalentes de Caixa	6		309	Impostos e encargos sociais a recolher	12.2	1.219	11
~	_	6.301					
Aplicações	7	24.863	9.116	Encargos trabalhistas		50	65
Créditos das operações com seguros e resseguros		8.728		Impostos e contribuições		71	2
Prêmios a receber	8.1	8.728	-	Outras contas a pagar		2	3
Outros créditos operacionais		25	-	Débitos das operações com seguros e resseguros		5.516	-
Títulos e créditos a receber		105	22	Corretores de seguros e resseguros	13	8	
Créditos tributários e previdenciários	9	97	22	Outros débitos operacionais		5.509	-
Outros créditos		8	-	Provisões técnicas - seguros	14	36.502	-
Custo de aquisição diferidos	10	8.365	-	Danos		32.415	
Seguros		8.365	_	Pessoas Individual		4.087	-
Ativo não circulante		42.395		Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo		42.166	-	Provisões técnicas - seguros	14	29.723	-
Aplicações	7	21.058		Danos		29.721	
Títulos e créditos a receber		862		Pessoas Individual		2	-
Créditos tributários e previdenciários	9	862	_				
Custo de aquisição diferidos	10	20.246	-				
Seguros		20.246	-				
Investimentos		103	-	Patrimônio líquido	15	17.661	9.378
Outros Investimentos		103	-	Capital social		19.000	19.000
lmobilizado	11	66		Capital social a Integralizar		0	(9.500)
Bens móveis		30		Lucros ou Prejuízos acumulados		(46)	(122)
Outras imobilizações		36	-	Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários		(1.293)	-
Intangível	11	60					
Outros intangíveis		60					
Total do ativo		90.782	9.526	Total do passivo e patrimônio líquido		90.782	9.526

Demonstração do resultado Semestre findo em 30 de junho Em milhares de reais

	Nota	2018
Prêmios emitidos	16.1	48.540
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	16.2	(43.246)
(=) Prêmios ganhos	16.3	5.294
(+) Receita com emissão de apólices		461
(-) Sinistros ocorridos	16.4	(3.694)
(-) Custos de aquisição	16.5	(734)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	16.6	(562)
(-) Despesas administrativas	16.7	(996)
(-) Despesas com tributos	16.8	(196)
(+) Resultado financeiro	16.9	538
(=) Resultado operacional		111
(=) Resultado antes dos impostos e participações		111
(-) IRPJ	16	(15)
(-) CSLL	16	(20)
(=) Lucro do semestre		76
(\) Média ponderada de ações		19.000.000
(=) Lucro por ação		0,01

Demonstração do resultado abrangente Semestre findo em 30 de junho Em milhares de reais

	2018
Lucro do semestre	76
Ajuste TVM	(2.155)
IRPJ e CSLL Ajuste TVM	862
Outros resultados abrangentes do semestre, líquidas de impostos	(1.293)
Total do resultado abrangente do semestre, líquidas de impostos	(1.217)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Capital Social a Integralizar	Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 30 de junho de 2017		-	-	-	-	-
Aumento de capital:						
Portaria SUSEP Nº 6.958	14a	19.000	-	-	-	19.000
Capital Social a Integralizar	14a	-	(9.500)	-	-	(9.500)
Resultado Líquido do Período		-	-	-	(122)	(122)
SALDOS EM 31 de dezembro de 2017		19.000	(9.500)	-	(122)	9.378
Resultado Líquido do Período		-	-	-	76	76
Títulos e valores mobiliários		-	-	(1.293)	-	(1.293)
Integralização de Capital Social	14a	-	9.500	-	-	9.500
SALDOS EM 30 de junho de 2018		19.000	-	(1.293)	(46)	17.661

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Semestre findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS Lucro do semestre	76
Ajustes Para: Ajuste TVM	(1.293)
Variação nas contas patrimoniais: Ativos financeiros Créditos das operações de seguros e resseguros Créditos tributários e previdenciários Custos de Aquisição Diferidos Outros ativos Impostos e encargos sociais a recolher Impostos e contribuições Outras contas a pagar Débitos de operações com seguros e resseguros Provisões técnicas - seguros e resseguros Caixa consumido pelas operações	(36.805) (8.728) (862) (28.611) (108) 1.208 69 (45) 5.517 66.224 (3.358)
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Caixa líquido consumido pelas operações ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Pagamento pela compra: Investimento Imobilizado Intangível Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(103) (66) (60) (229)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Integralizações de capital social	9.500
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	9.500
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa Caixa e Equivalente de Caixa no início do semestre Caixa e Equivalente de Caixa no fim do semestre	5.913

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Gazin Seguros S.A. ("Gazin") ou ("Seguradora"), teve sua aprovação por meio da Portaria SUSEP nº 6.958, de 17 de julho de 2017, iniciando, efetivamente, suas operações em 1º de setembro de 2017.

A Seguradora é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados na Rua Pedrelina de Macedo e Silva, 100, Douradina, Estado do Paraná – Brasil.

O Gazin é subsidiária da Gazin Holding S/A.

A Seguradora tem por objeto social operar e explorar seguros de danos e de pessoas, na 1ª, 5ª e 8ª regiões do território nacional, eventual expansão regional será avaliada pela administração. A Gazin opera sobretudo nos seguintes grupos de ramos:

- · Garantia Estendida e Extensão de Garantia (Bens em geral);
- DPVAT;
- · Patrimonial;
- · Prestamista (exceto Habit. e rural);
- Eventos Aleatórios;

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Seguradora em 31 de agosto de 2018.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, e a demonstração do fluxo de caixa – método indireto da seguradora, conforme legislação em vigor.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das Seguradoras, com adoção a partir de 1º de janeiro de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros na categoria de "Avaliados ao valor justo através do resultado".

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os objetivos da Seguradora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Seguradora para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Seguradora pode rever a política de pagamento de dividendos. A Seguradora deve atender às exigências de capital mínimo estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os esforços da Seguradora devem sempre estar atentos a tais exigências. O capital da Seguradora está ajustado para permitir limite de retenção em adequação com o plano de negócios. Por estar em início de operação, a Seguradora mantém nível de capital, incluindo margem suficiente com respeito ao capital mínimo requerido para seu plano de negócio para ter agilidade e capacidade de ajustar tal plano caso tenha oportunidade.

A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial.

2.1 Normas e interpretações que ainda não estão em vigor

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o semestre de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A norma é efetiva para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia não identificou impacto relevante com a adoção da norma em suas demonstrações financeiras.

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entrará em vigor nos

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

semestres iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento.

O IFRS 17 – "Contratos de Seguros": foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1° janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada. A Seguradora está avaliando os impactos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). A moeda funcional da Seguradora é o Real, também utilizada na apresentação das demonstrações financeiras.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão demonstradas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente no semestre apresentado.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.2 Ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:

Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros designados no momento da aquisição, com a intenção de negociação ativa e frequente. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante da Seguradora, e seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&F Bovespa, na SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP-Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC-Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

Títulos mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

Títulos disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições anteriores. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título. Seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliário

(i) Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. No semestre a Seguradora não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de junho de 2018 compreendem caixa e equivalentes de caixa, a conta prêmios a receber de clientes e a conta de créditos de resseguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Investimentos

Os investimentos foram mensurados pelo custo histórico e compreendem ações da Seguradora Líder e montam R\$ 103.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem.

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e

Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

(iii) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados)

A Seguradora avalia se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria, empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou "*impaired*".

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Seguradora reconhece os valores de perdas incorridas decorrentes dos valores a receber há mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a receber de determinado devedor, conforme orientação da Circular SUSEP 517/2015.

Os ativos individualmente significativos que são avaliados para *impairment* em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de *impairment* coletivo. A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015.

3.3 Ativos não financeiros

Ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4 Ativos intangíveis - outros intangíveis

(a) Softwares

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- (i) é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- (ii) a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- (iii) o software pode ser vendido ou usado;
- (iv) o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- (vi) o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados as suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora.

(b) Licenças de uso de software adquiridas

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos.

3.5 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na Nota 12.2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor residual dos ativos e a vida útil dos bens são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

3.6 Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento

Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A Seguradora não identificou contratos classificados como "contratos de investimento" na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4).

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

3.7 Passivos oriundos de contratos de seguros

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos CPC. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), de acordo com a Circular SUSEP nº 517 de 2015 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:

- (i) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos emitidos na data base de cálculo. A PPNG inclui valor correspondente aos riscos vigentes mais ainda não emitidos (PPNG_RVNE), sendo esta parcela estimada a partir do histórico da Companhia de prêmios emitidos em atraso nos 12 meses imediatamente anteriores a data de cálculo da referida provisão.
 - (ii) A Provisão de Sinistros A Liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

balanço. Os valores provisionados são calculados a partir dos valores reclamados pelos segurados, de acordo com o estabelecido em Nota Técnica Atuarial e inclui assim ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir de análises de consultores jurídicos para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. A mensuração da estimativa da PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros ocorridos e ainda não pagos, estimado por meio de triângulos de run-off. Para se chegar ao IBNER, subtrai-se da estimativa de Sinistros Ocorridos e Ainda Não Pagos a estimativa de IBNR e a PSL já constituída pela Companhia. O IBNER reflete a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação dos sinistros.

- (iii) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das demonstrações financeiras. Para o cálculo, considera-se a estimativa a partir da experiência do mercado segurador, enquanto não há experiência própria que apresente registros em volume suficiente para viabilizar a aplicação de modelo atuarial de triângulo de run-off considerando o método de desenvolvimento dos sinistros avisados.
- (iv) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados, estimada de forma agregada e a PDR (PSL), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros avisados e ainda não pagos. Também estimada de forma agregada e comparada com as despesas avisadas, constituídas caso a caso, de acordo com cada sinistro avisado e segue os mesmos procedimentos operacionais dos sinistros avisados. Para a obtenção da parcela da provisão de despesas relacionadas a sinistros, referente ao IBNR, aplica-se o percentual histórico de despesas com sinistro sobre as provisões correspondentes. Este percentual será aplicado também a PSL gerando a estimativa de PDR dos sinistros ocorridos e já avisados. Se a PDR (PSL) estimada for inferior às despesas já avisadas, utilizase o montante de despesas já avisadas como a parcela de PDR (PSL). Se for superior, adota-se o próprio valor da parcela estimada de PDR (PSL) que será somada a parcela de PDR (IBNR) de forma a gerar a PDR total a ser constituída.

3.7.1 Teste de adequação dos passivos (TAP)

Semestralmente, a Seguradora elabora o Teste de Adequação de Passivos, conforme requerido pelo CPC11, visando determinar se os passivos registrados atualmente estão adequados às obrigações decorrentes de todos os contratos e certificados de planos de seguro vigentes, conforme estimativa de desembolsos futuros decorrentes dessas obrigações.

O TAP de 30/06/2018 foi realizado considerando metodologia baseada na estimativa corrente dos fluxos de caixa até a extinção das obrigações assumidas, deduzindo os custos de aquisição diferidos diretamente relacionados, e incluindo as despesas relacionadas aos sinistros, sendo que todos os contratos vigentes da Seguradora são estruturados no Regime Financeiro de Repartição Simples.

Para o cálculo do referido teste, foram utilizadas premissas atuais, realistas e não tendenciosas condizentes com a realidade dos contratos e certificados vigentes da Companhia, sendo desconsideradas renovações automáticas e novas vendas. Para as estimativas de sinistros a ocorrer do ramo 0195, considerou-se a experiência do produto comercializado, que era oferecido anteriormente pelo

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fornecedor em parceria firmada com outra companhia do mercado segurador, previamente à constituição da Gazin Seguros.

Para os seguros de Pessoas, dos ramos 1377 e 1390, considerou-se a experiência da população brasileira relacionada às coberturas de Morte Acidental (MA), Invalidez Permanente Total por Acidente (IPTA), Perda de Renda por Incapacidade Temporária por Acidente ou Doença (PRITAD) e Diárias por Internação Hospitalar (DIH), com base nos dados disponibilizados pelo censo demográfico do IBGE, Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), DATAPREV e Sistema de Informações sobre Mortalidade do CGIAE (SIM/CGIAE).

Para as despesas administrativas, buscando incorporar de forma realista as estimativas correntes dos fluxos de caixa, estabeleceu-se o critério de alocação conforme a utilização de cada ramo, considerando ainda suas despesas mínimas para operação e desconsiderando-se as despesas relacionadas à prospecção e comercialização de novas apólices. Para as estimativas de longo prazo, consideraram-se as despesas mínimas para operação das apólices vigentes por ramo, de forma que se estima que as despesas administrativas atualmente existentes decresçam ao longo do tempo até atingir a estrutura mínima necessária para a operação em cada ramo.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros foram descontadas a valor presente com base no modelo de Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ) livres de risco no Brasil, estimada por meio de metodologia desenvolvida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Como conclusão do Teste de Adequação de Passivos, realizado em conformidade ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015, em 30 de junho de 2018 não foram identificadas insuficiências de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro referentes aos seguros de Danos e Pessoas da Gazin Seguros S.A.

3.7.2 Custos de aquisição

Os custos de comercialização e as receitas de comissão de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição do diferimento das despesas e receitas de comercialização.

3.8 Contas a pagar

As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo e, e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação.

3.9 Benefícios a empregados

A Seguradora segue a política do Grupo Gazin, onde os parâmetros estão baseados no atingimento de metas e seus limites mínimos respeitam as determinações do acordo coletivo

3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20%, conforme disposto na Lei 13.169 de 6 de outubro de 2015. O imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 120 no semestre (R\$ 240 no exercício). Os créditos tributários,

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nas alíquotas vigentes na data.

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de tributos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou *liability method*) segundo o CPC 32 sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

Majoração da alíquota de CSLL - Lei 13.169/15

Foi sancionada em 6 de outubro de 2015 a Lei nº 13.169/15 (conversão da Medida Provisória nº 675/2015), que majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras. A referida lei estipula que a majoração da alíquota da CSLL vigorará de 1° de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

3.11 Capital social

As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

Em 05 de maio de 2017, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a emissão de 19.000.000 (Dezenove Milhões) de novas ações ordinárias e nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 19.000.000, aprovado pela SUSEP em 17 de julho de 2017 pela portaria 6.958, sendo 50% integralizados no ato e o restante a ser integralizado em até 12 meses, a partir da publicação da portaria. A integralização do restante (50% complementar) ocorreu em duas partes sendo, R\$ 4.898.100,00 em 02/04/2018 e R\$ 1.900,00 em 30/04/2018.

A composição acionária da Seguradora é constituída da seguinte forma:

Gazin Participações Ltda	99,95%
Mário Válerio Gazin	0,01%
Rubens Gazin	0,01%
Jair José Gazin	0,01%
Joao José da Silva	0,01%
Antonio Roberto Gazin	0,01%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.12 Dividendos

Aos acionistas é assegurado um o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, após a constituição da reserva legal, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia.

3.13 Apuração de resultado

3.13.1 Apuração de receita e despesas

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera que:

os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco

3.13.1.1 Receitas de juros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no momento do recebimento dos prêmios de seguros.

3.14 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos utilizados pela Administração na preparação das demonstrações financeiras.

(i) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos contratos de seguro. A Seguradora divulga análises de sensibilidade sobre gerenciamento de riscos (Nota 5) e o monitoramento das reservas técnicas (Notas 7.2, 13.1, 13.3 e 15.2).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Cálculo de impairment de ativos

A administração avalia a cada balanço seus ativos para a verificação da necessidade de registro de *impairment* quando existem evidências claras de que o ativo pode não ser recuperável.

(iii) Imposto de renda e Contribuição social diferidos

Os Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias. O Imposto diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculos contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício.

5 Gerenciamento de riscos

5.1 Gestão de risco

A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- · Risco de subscrição de seguro
- Risco de crédito
- · Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital
- Risco financeiro

Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas.

A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado.

5.2 Gestão do risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarifação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada.

(a) Mitigadores do risco de aceitação do produto - O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é acompanhado em estrutura que proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de brechas que comprometam sua adequada identificação e

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mensuração. O monitoramento dos nossos produtos permite acompanhar e adequar quando necessário às tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. As estratégias e metas de subscrição são elaboradas ajustadas pela administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

- (b) Mitigadores do risco de subscrição o risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde tenha a possibilidade de ocorrer sinistro, incerteza sobre o valor da indenização. O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que vai contra as expectativas da Companhia no momento da política de subscrição no que se refere as incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro.
- (c) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes como forma de mitigar o risco de efetuar provisões insuficientes, o Teste de Adequação de Passivo (TAP) realizado em 30 de junho de 2018 possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro.

O acompanhamento da concentração de riscos é realizado por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmento de negócio.

Contro Ocato

	Centro Geste	norte	Demais	iotai
Garantia Estendida e Extensão de Garantia (Bens em geral);	20.379	18.920	96	39.395
Prestamista (exceto Habit. e Rural);	1.321	1.030	8	2.359
Eventos Aleatórios;	1.425	1.259	10	2.694
Total	23.125	21.209	114	44.449

Sensibilidade ao risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data de balanço. Como fator de risco foi eleita a sinistralidade. Simulamos como uma elevação de 25% na sinistralidade da carteira teria impactado no Patrimônio Líquido e no resultado do semestre:

Fator de risco		Impacto no resultado
	Premissas	2018
Sinistralidade	Diminuição de 25%	65
Sinistralidade	Aumento de 25%	(64)

O impacto no resultado após os impostos sobre o resultado é de 86,3 % e sobre o patrimônio líquido de 0,38 % em 30 de junho de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.3 Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros.

No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidas.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas.

A exposição máxima de risco de crédito originada de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data do vencimento.

O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em preços cotados em mercado ativo na data de balanço.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 30 de junho de 2018:

Classificação	BB -	Sem rating	Valor contábil
Caixa e bancos	-	6.301	6.301
Empréstimos e recebíveis - prêmios a receber		8.728	8.728
Públicos	23.098	-	23.098
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.040		2.040
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	21.058	-	21.058
Fundos			
Quotas de fundos de investimentos		22.823	22.823
Exposição máxima ao risco de crédito	23.098	37.852	60.950

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4 Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio.

	Menos de de 1 ano	Acima de 1 ano	TOTAL
Disponível	6.301	-	6.301
Aplicações não vinculadas	2.040	-	2.040
Prêmios a receber	8.728	-	8.728
Ativo Financeiro	17.069		17.069
Obrigações a pagar	38	-	38
Impostos e encargos sociais a recolher	1.219	-	1.219
Encargos trabalhistas	50	-	50
Impostos e contribuições	71	-	71
Outras contas a pagar	2	-	2
Passivo Financeiro	1.380		1.380

5.5 Gestão de risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Taxa de juros

Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos e títulos privados indexadas à variação do CDI.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma elevação e diminuição de 2,5% na taxa de juros Selic, teriam impactado no Patrimônio Líquido e resultado em 30 de junho de 2018 :

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Impacto no resultado
Fator de risco	Premissas	2018
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	9
Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	(9)

O impacto no resultado após os impostos é de 11.8% e sobre o Patrimônio Líquido é de 0.5% em 30 de junho de 2018 .

As aplicações financeiras da Seguradora estão classificados como:

Carteira em 30 de junho de 2018	Nível I	Nível II	Valor contábil
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.040	-	2.040
Notas do Tesouro Nacional – Serie B (NTN-B)	21.058	-	21.058
Quotas de fundos de investimentos		22.823	22.823
	23.098	22.823	45.921

5.6 Gestão do risco operacional

Risco operacional é o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos estratégico e de reputação. A gestão dos riscos operacionais e controles internos busca aprimorar a eficácia da prevenção, identificação e mitigação dos riscos, a redução dos eventos relevantes e de perdas operacionais e o alinhamento destas práticas ao ambiente de controles internos estabelecidos. O processo de captura das perdas decorrentes de eventos de riscos operacionais foi concluído em 31 de julho de 2017 por meio da implantação de sistema para armazenamento dos dados de perdas, com mecanismos de consulta, alteração e reportes, conforme determinado na Circular SUSEP nº 517/15.

5.7 Gestão de risco de capital - capital adicional para risco de subscrição e de crédito

A SUSEP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou normas que alteraram, a partir de janeiro de 2008, as regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das Seguradoras.

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora está sendo apresentado na Nota 14.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.8 Gestão de riscos financeiros

A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, pelo Banco do Brasil S.A. onde os investimentos estão concentrados.

Com o objetivo de promover uma melhor gestão e controle da carteira e dos riscos financeiros existentes, é realizado o estudo de Gestão de Ativos e Passivos a fim de adequar os parâmetros da carteira de ativos à do passivo, garantindo assim a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

6 Caixa e equivalente de caixa

	2018	2017
Dianoníval		70
Disponível Equivalente de Caixa	6.301	79 309
Equivalente de Gaixa	0.501	303
	6.301	388

7 Ativos financeiros

7.1 Aplicações (ao valor justo)

A classificação das aplicações financeiras por categoria e prazo de vencimento é apresentada da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					2018
- -	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor de curva	%
	24.863	21.058	45.921	48.071	100%
Títulos Publicos (Disponivel p negociação)	2.040	-	2.040	2.035	4%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.040	-	2.040	2.035	4%
Valor justo					
Títulos Publicos (Disponivel p venda)	-	21.058	21.058	23.213	48%
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	-	21.058	21.058	23.213	48%
Carteira administrada	22.823	-	22.823	22.823	47%
Quotas de fundos de investimentos	22.823	-	22.823	22.823	47%
Total	24.863	21.058	45.921	48.071	100%

Os títulos classificados como mantidos para negociação são 100% classificados no ativo circulante independentemente da data de seus vencimentos. O valor de mercado dos títulos classificados como disponível para venda, foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 30 de junho de 2018, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA.

Movimentação das aplicações financeiras

Disponíveis para venda	Saldo em 31/12/2017	Aplicações	Resgates	Rendimento s/ Resultado na venda	Ajustes TVM	Saldo em 30/06/2018
LFT	9.076	9.922	(17.158)	195	5	2.040
NTN-B	_	23.213	_	_	(2.155)	21.058
Quotas Fundos de Investimentos DPVAT	-	24.729	(2.449)	544,06	-	22.823
Total	9.076	57.863	(19.607)	740	(2.150)	45.921

As taxas de juros contratadas, foram:

		Taxa de juros ao	ano (%)			
		2018			2017	
Classe	Menor taxa	Maior taxa	a	Menor taxa	Maior taxa	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	5,08% + IPCA	5,63% + IPCA		-	-	
Letras do tesouro nacional - LFT	Selic		Selic	-	-	

Taxa do juros ao ano (%)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7.2 Ativos em cobertura de provisões técnicas

	2018
Notas do tesouro nacional - NTN-B	21.058
Total dos ativos em cobertura	21.058
Provisões Técnicas - seguros	66.225
(-) Custo de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG(-) Direitos Creditórios(-) DPVAT	(23.263) (8.139) (22.805)
Total dos ajustes	(54.207)
20% do capital de risco	1.541
Total a ser coberto	13.559
Excedente de Cobertura	9.040

A Companhia utiliza os direitos creditórios como redutor da necessidade de cobertura por ativos garantidores com base nos prêmios a receber, na proporção dos riscos a decorrer, considerando cada parcela não vencida, na data base de cálculo, líquidas das parcelas cedidas em cosseguro e dos montantes relativos aos ativos de resseguro, conforme circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Créditos das operações com seguros e resseguros

8.1 Prêmios a receber

			2018
Ramos	Prêmios a Receber de Segurados	Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido
Garantia Estendida e Extensão de Garantia (Bens em geral);	7.629	-	7.629
Prestamista (exceto Habit. e Rural);	512	-	512
Eventos Aleatórios;	587	-	587
Total	8.728		8.728

A Companhia não apresentou prêmios vencidos no semestre, portanto não constituiu Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa PCLD.

8.2 Composição quanto aos prazos de vencimento

	30/06/2018
Vencidos	-
A vencer até 30 dias	8.728
A vencer de 31 a 60 dias	-
A vencer de 61 a 90 dias	-
A vencer de 91 a 180 dias	-
A vencer de 181 a 360 dias	-
A vencer superior a 360 dias	-
Total	8.728

8.3 Movimentação dos saldos

	30/06/2018
Prêmios emitidos	45.478
Prêmios cancelados e restituídos	(1.029)
Recebimentos	(38.649)
IOF	2.927
Redução ao valor recuperável	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Créditos tributários e previdenciários

Os Créditos tributários relativos a ajustes temporais, foram constituídos de acordo com os ajustes efetuados na base de lucro tributário. A constituição dos mesmos está de acordo com as normas contábeis em vigor, assim como as práticas tributárias nacionais.

	2018	2017
Antecipação de IRPJ	44	-
Antecipação de CSLL	22	-
Antecipação de PIS	4	-
Antecipação de COFINS	27	-
Imposto de renda a compensar	-	22
IRPJ sobre ajustes temporais	539	-
CSLL sobre ajustes temporais	323	-
	959	22

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Custo de aquisição diferidos

Custo de Aquisição Diferidos	2018
Garantia Estendida e Extensão de Garantia (Bens em geral); Prestamista (exceto Habit. e Rural); Eventos Aleatórios;	26.786 727 1.098
Total	28.611

Os custos diferidos são representados por comissões sobre prêmios emitidos diferidos pró-rata dia com base na vigência das apólices.

Movimentação dos saldos

Saldo Inicial	2018
Constituição Apropriação da Despesa	29.345 (734)
Saldo Final	28.611

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intestimentos, Imobilizado e Intangivel

Os investimentos em ativos não financeiros da companhia são representados pela participação de 0,34493% que a Seguradora possui na Seguradora Líder. Essa participação sofreu alteração em 14/05/2018 de 2018 em virtude da redistribuição realizada anualmente, anteriormente a participação era de 0,36119%.

Os ativos imobilizados e intangíveis da empresa, são representados exclusivamente pela posição do consórcio DPVAT, distribuído para as seguradoras consorciadas na proporção de sua participação.

12 Contas a pagar

12.1 Obrigações a pagar

	2018	2017
Fornecedores	6	6
Participações nos Lucros a Pagar	-	9
Honorários, Remunerações e Gratificações	32	52
•	38	67

12.2 Impostos e encargos sociais a recolher

2018	201 <i>7</i>
99	11
1.103	-
11	-
1	-
5	-
1.219	11
	1.103 11 1 5

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Outros débitos operacionais

2018
4.832
228
305
143
5.509

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Provisões técnicas - Seguros

14.1 Provisões técnicas

	2018				
Passivo	Prêmios não ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisões desp. Administrativas	Total
DANOS Garantia Estendida e Extensão de Garantia (Bens em geral);	39.320	-	11	-	39.331
DPVAT	-	2.508	20.050	247	22.805
Total Curto Prazo					
Total Longo Prazo	9.599	2.508	20.061	247	32.415
	29.721	-			29.721
PESSOAS Prestamista (exceto Habitacional e Rural);	1.629	_	165	-	1.794
Eventos Aleatórios;	2.107		189	-	2.295
Total Curto Prazo	3.733	- -	354		4.087
Total Longo Prazo	2	-	-	<u>-</u>	2

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.2 Desenvolvimento de sinistros

Valores brutos não judiciais

	•
Ano de ocorrência	30/06/2018
Incorrido + IBNR	
até a data base	380
um ano mais tarde	-
dois anos mais tarde	-
três anos mais tarde	-
três anos e meio mais tarde	-
Em 30 de junho de 2018	380
Pago acumulado	
até a data base	15
um ano mais tarde	-
dois anos mais tarde	-
três anos mais tarde	-
três anos e meio mais tarde	-
Em 30 de junho de 2018(*)	15
Provisão de sinistros	
Em 30 de junho de 2018	365
sobra acumulada	365
% sobra acumulada	2371%

^(*) Os valores apresentados estão líquidos das operações de DPVAT.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.3 Movimentação das provisões técnicas

	30/06/2018			
	<u>Provisão para</u> <u>prêmios não</u> ganhos - PPNG	<u>Provisão de</u> <u>sinistros a</u> <u>liquidar - PSL</u>	inistros a <u>Despesa</u>	
Saldo do Início do Período	-	-	-	-
Constituição/Reversão	45.479	2.803	247	20.415
Diferimento pelo risco ocorrido	(1.394)	-	-	-
Aviso de sinistro- Constituições e Reversões	-	-	-	-
Pagamento de sinistro/benefícios	-	(294)	-	-
Cancelamento	(1.029)	-	-	-
Saldo Final do Período	43.055	2.509	247	20.415

15 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2018 é representado por 19.000.000 (dezenove milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2018 não existiam valores pendentes de integralização (R\$ 9.500 em 31 de dezembro de 2017). A integralização do restante (50% complementar) ocorreu em duas partes sendo, R\$ 9.898.100,00 em 02/04/2018 e R\$ 1.900,00 em 30/04/2018, conforme portaria SUSEP 6.958 de 17/07/2017.

A composição acionária da Seguradora é constituída da seguinte forma:

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Capital social	19.000	19.000
Aumento de capital em aprovação	-	-
Capital à integralizar	<u> </u>	(9.500)
	19.000	9.500

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

- i. Nos termos da Circular SUSEP nº 321/15 e alterações contidas na Resolução CNSP nº 343/2016, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Sociedade está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado;
- ii. Para fins de capital mínimo requerido, em 30 de junho de 2018, foi utilizado 100% do valore de risco de mercado na correlação aplicada para fins de controle de capital, conforme mencionado na Resolução CNSP 321/2015.
- iii. Liquidez em relação ao Capital mínimo requerido (CMR): situação caracterizada quando a sociedade supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do CMR conforme citado na Resolução CNSP 321/2015.

Os valores apurados são:

	2018	2017
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	19.154	9.378
Capital base (I)	2.920	2.920
Capital adicional com correlação (II) (*)	-1.936	-
Capital adicional - Risco de subscrição	5.647	-
Capital adicional - Risco de crédito	340	512
Capital adicional - Operacional	258	-
Capital adicional - Mercado	3.430	
Capital mínimo requerido – CMR (maior valor entre I e II)	7.738	2.920
Suficiência de capital mínimo	11.416	6.458
Liquidez em relação ao Capital mínimo requerido (20% do CMR)	1.548	114
Excesso de ativos garantidores oferecidos em cobertura de reservas técnicas)	9.040	-

(*) Cálculo de capital de risco é a soma do capital de risco de subscrição, crédito, mercado e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e suas alterações posteriores (Resolução CNSP 343/2016 e Resolução CNSP 360/2017).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ajustes contábeis	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	17.661	9.378
Despesas antecipadas	(103)	-
Ativos intangíveis	(60)	-
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	-	-
Patrimônio líquido ajustado (subtotal)	17.498	9.378
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-	-
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-
Valor do ajuste (= 55% do item 2.1.3)		
Redução realizada no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	-	-
Valor do ajuste (=55% do item 2.2.1)		
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados no TAP		
Capital Mínimo Requerido considerando o RM_F (CMR_F)	3.430	0
Capital Mínimo Requerido (CMR)	7.738	0
Limite (= maior valor entre zero e 2.3.4 menos 2.3.3)	7.738	0
Valor do ajuste = menor (55% do item 2.3.1, Limite definido no item 2.3.5)	0	0
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista de prêmios/contribuições registradas utilizado no cálculo da PCC	-	-
PPNG constituída	43.055	0
CAD da PPNG deduzido na PPNG na apuração TAP (art. 52 Circular 517/15)	28.611	0
Projeção de fluxos realistas de sinistros e despesas a ocorrer da PPNG, conforme TAP	10.749	0
Ativo de resseguro de PPNG constituído	0	0
Projeção de fluxos realistas de recuperação de sinistros e despesas a ocorrer do ativo res. PPNG	0	0
Parcela PPNG = máx (0, (2.4.1 - 2.4.2 - 2.4.3) - (2.4.4 - 2.4.5)) (+)	3.695	0
CMR desconsiderando o valor do risco de mercado (CRM_M)	6.083	0
Limite = (CMR - CMR_M + 2.4.18 - 2.3.6)	1.656	0
Valor do ajuste = menor (55% do item 2.4.17, Limite def. item 2.4.20) (+)	1.656	0
Patrimônio líquido ajustado	19.154	9.378

Reconciliação do cálculo do PLA conforme Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016:

(c) Prejuízo por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações da Companhia.

	2018	2017
Lucro do semestre	76	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	19.000.000	
lucro básico por ação - R\$	0,00	0,00

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Detalhamentos das contas da demonstração do resultado

16.1 Prêmios emitidos

			2018
	Emitido	Cancelado	Prêmio Emitido líquido
Garantia Estendida e Extensão de Garantia (Bens em geral);	40.412	(1.016)	39.396
Prestamista (exceto Habit. e Rural);	2.369	(9)	2.360
Eventos Aleatórios;	2.697	(4)	2.693
Prêmios diretos	45.478	(1.029)	(44.449)
DPVAT	4.090	-	4.090
Consórcios e fundos	4.090	-	4.090
Total	49.569	(1.029)	48.540

16.2 Variações das provisões técnicas de prêmios

Garantia Estendida e Extensão de Garantia (Bens em geral);	(39.320)
Prestamista (exceto Habit. e Rural);	(1.629)
Eventos Aleatórios;	(2.107)
Provisões de prêmios diretos	(43.055)
DPVAT	(191)
Consórcios e fundos	(191)
Total	(43.246)

2018

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.3 Prêmios ganhos

	2018
Garantia Estendida e Extensão de Garantia (Bens em geral);	76
Prestamista (exceto Habit. e Rural);	732
Eventos Aleatórios;	587
DPVAT	3.899
Total	5.294

16.4 Sinistros ocorridos + IBNR - índice de sinistralidade %

	2018		
Garantia Estendida e Extensão de Garantia (Bens em geral);	(11)	0%	
Prestamista (exceto Habit. e Rural);	(180)	51%	
Eventos Aleatórios;	(189)	53%	
DPVAT	(3.314)	11%	
Total	(3.694)	6%	

Os índices de sinistralidade foram calculados com base nos prêmios ganhos.

16.5 Custos de aquisição - índice de comercialização %

				2018
	Agenciamento e Corretagem	Variação do custo Diferido	Custo Total de Aquisição	Índice de Comercialização
Garantia Estendida e Extensão de Garantia (Bens em geral);	(26.838)	26.786	(52)	69%
Prestamista (exceto Habit. e Rural);	(1.054)	727	(327)	45%
Eventos Aleatórios;	(1.404)	1.098	(306)	52%
DPVAT	(49)	-	(49)	1%
Total	(29.345)	28.611	(734)	14%

Os custos de aquisição são compostos por montantes referentes as comissões e agenciamentos, sendo diferidos nas emissões dos contratos ou apólices e apropriados no resultado, de forma linear pelo prazo de vigência dos contratos ou apólices.

Os índices de comercialização foram calculados com base nos prêmios ganhos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.6 Outras receitas (despesas) operacionais

As Outras Receitas e Despesas operacionais estão relacionadas em sua totalidade ao DPVAT, no montante de R\$ 562.

16.7 Despesas administrativas

	2018
Door oo	(202)
Despesas com pessoal próprio	(362)
Despesas com serviço de terceiros	(317)
Despesas com localização e funcionamento	(10)
Despesas com publicações	(12)
Despesas com Consórcio DPVAT	(295)
Total	(996)

16.8 Despesas com tributos

	2018
PIS e COFINS Taxa de fiscalização	(109) (86)
Contribuição sindical	(1)
Total	(196)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.9 Resultado financeiro

	2018
Receitas financeiras	
Receitas com títulos renda fixa públicos	460
Receitas com títulos renda fixa privados	750
Outras receitas financeiras	26
	1.236
Despesas financeiras	
Consórcio DPVAT	(692)
Juros e mora	(1)
Outras despesas financeiras	(5)
Total	(698)
Resultado financeiro	538

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	Imposto	Contribuição	Imposto	Contribuição
Imposto de renda e contribuição social	de renda	social	de renda	social
Resultado antes dos impostos e participações	111	111	-	-
Adições				
Ajuste MTM	41	41		-
Despesas Indedutiveis	6	6	-	-
Total de adições	47	47		
Exclusões				
Ajuste MTM	4	4		-
Participação nos Lucros	10	10	-	-
Total de exclusões	14	14		-
Adições e (deduções), líquidas	33	33	-	-
Base de cálculo antes comp. do prejuízo	144	144		
(-) Compensação de prejuízo fiscal base negativa	(43)	(43)		-
Base de cálculo após comp. do prejuízo	101	101		
Alíquota nominal - %	25	20	25	20
IRPJ e CSLL	15	20	-	
Alíquota efetiva - %	14,9	19,8		-

A Companhia não reconheceu ativos de impostos de R\$ 88 com relação a prejuízos no montante de R\$ 154. O valor utilizado no semestre foi de R\$ 43, restando um saldo remanescente de R\$ 45, que podem ser compensados com lucro tributável futuro. Esses prejuízos não possuem prazo de prescrição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Transações com partes relacionadas

(a) Transações com pessoal-chave

As transações com pessoal-chave da administração referem-se a valores reconhecidos no resultado do semestre, conforme abaixo:

	2018	2017
Honorários de diretoria e encargos	150	
	-	-

(b) Transações e saldos

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- Recebimento de Prêmio referente a emissões de apólices de seguro dos ramos garantia estendida, vida individual e prestamista individual; e
- (ii) Pagamento de comissão por corretagem de seguros.

As partes relacionadas são:

Nome		2018	2017
Paraná Serviços de Garantia Ltda	Prêmios a Receber		
Gazin Industria e Comercio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda	Prêmios a Receber	- 8.608	-
Gazin Centro Oeste Atacado Ltda	Prêmios a Receber		-
	Total	118	-
		8.726	-

Nome		2018	2017
Paraná Serviços de Garantia Ltda	Comissão / Agenciamento		
Gazin Industria e Comercio de Móveis e	Comissão / Agenciamento	4.087	-
Eletrodomésticos Ltda	Comicodo, Agonolamonto	1.257	-
Gazin Centro Oeste Atacado Ltda	Comissão / Agenciamento	47	
	Total	17	-
		5.362	-

19 Eventos Subsequentes

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados desde a aprovação final dessas demonstrações financeiras intermediárias por parte da Administração da Seguradora, ocorrida em 30 de junho de 2018.

Diretoria

Cargo	Nome	Registro
Diretor Operacional	Paulo José da Silva	Não aplicável
Diretor Financeiro	Ony Mauricio Churkin	Não aplicável
Contador	Murilo Cássio da Silva Oliveira	CRC - PR 050244/O-0
Atuário responsável	Sérgio Rangel Guimarães	MIBA 743